



Este documento faz parte do
Repositório Digital da
Rede Nossa São Paulo

www.nossasaopaulo.org.br

Facebook, Youtube e G+: Rede Nossa
São Paulo

Twitter: @nossasaopaulo

NOSSA SÃO PAULO

Reunião sobre Segurança Cidadã

27 de Agosto de 2007

Local: CMDH

Autor: Wagner

Participantes

| Nome | Organização |
|-------------------------|---------------------------------------|
| Cecília Lotufo | ONG Criança Segura |
| Célia Cristina Whitaker | CMDH |
| Cinthyá Gonçalves | CMDH |
| Inês Mindlin Lafer | Kairos Desenvolvimento Social |
| José Gregori | CMDH |
| Luciana Oreilly | ONG Criança Segura |
| Mariana Cunha | Fórum Brasileiro de Segurança Pública |
| Melina Risso | Instituto Sou da Paz |
| Paula Miraguá | Ilanud |
| Paullo Santos | Instituto SP contra violência |
| Wagner D'Onofrio Junior | Gesto |

ATA COMPLETA

Paullo

É importante refletir sobre o conceito do indicador, e a partir daí buscar os dados para construí-lo. O que seria um indicador de segurança cidadã? E com base nisso, quais seriam os dados para compor este indicador? É um indicador, ou um conjunto de indicadores?

Inês

Há uma discussão já realizada sobre alguns conceitos, como criminalidade, sobre espaços públicos e adolescente em conflito com a lei. Os indicadores ainda não estão fechados, mas já há uma base de discussões realizadas.

Temos vários dados, que podem compor um indicador. E nesta composição, há vários dados importantes. Temos que discutir se esta composição reflete a situação de segurança de uma região

Na primeira reunião procuramos recortar o que é segurança, e falamos de uma série de temas. Temos, portanto, que escolher alguns temas, analisar o que pode ser discutido no âmbito do município e como devemos fazer para obter as informações necessárias para alimentar os indicadores, dado todas as dificuldades em se obter dados neste campo.

Renato

Estamos sintetizando a proposta do possível, o que se pode fazer com os dados que já existem. Mas temos que ousar mais, e estabelecer algumas relações essenciais. Podemos decompor os indicadores em dimensão da violência (que tem a ver com todos os atores sociais, não só o Estado).

Temos que discutir o que queremos medir. Há a dimensão segurança pública, onde há uma dificuldade inerente na produção de dados, que podemos superar, não buscando dados que nunca serão criados, mas sim estabelecendo relações.

Há uma sugestão de relacionar equipamentos públicos com um indicador contextual de segurança, mostrando ocorrência de crimes em relação à distância de equipamentos públicos.

O grupo de meio ambiente esta trabalhando com geo referenciamento, com a base de dados do ISA (Instituto Sócio Ambiental).

Podemos aplicar as taxas de criminalidade sobre a distribuição de equipamentos públicos, seria agregar uma camada nova de análise, sem criar nada novo.

É muito difícil hoje medir a causa da queda de homicídios em São Paulo. Não se pode testar um dado primário como correlação, é um grande desafio metodológico. Os homicídios em São Paulo caíram 76% nos últimos 6 anos, e há várias hipóteses para explicar.

O ideal seria usar variáveis que existem, mas não estão disponíveis, como a percepção da população. O movimento poderia fazer uma pesquisa, usando a parceria com o Ibope, da forma como se mede a percepção em Bogotá.

Cinthy

Mas, crimes como roubo e furto geram uma sensação de insegurança muito grande, apesar de serem ocorrências com sub notificação. É uma equação delicada.

Renato

Seria bom, nesta pesquisa, buscar alguns vazios de informação, como violência doméstica, violência contra idoso.

Seria uma Pesquisa de Prevalência x Percepção. É importante cruzar os dados de percepção de insegurança com as ocorrências. Há bairros mais ricos em que as pessoas têm medo de homicídios, apesar de haver poucas ocorrências de homicídios na região.

O que fazer com a sub notificação? Podemos medir com as pesquisas de vitimização. O Ibope pode reclamar do tamanho da amostra, pois para se desagregar por sub prefeitura, deverá recorrer a uma amostra maior que o usual.

Não há uma clara relação entre quantidade de policiais com a violência. A quantidade de policiais pode ser causa e ser efeito ao mesmo tempo.

Não devemos perder de vista o sentido da proposta de monitoramento, cujo propósito é comprometer as autoridades com ações efetivas de governo. Os indicadores devem refletir, de alguma forma, as ações públicas.

Este movimento é uma cooperação com as políticas públicas, então, o que podemos fazer para colaborar? Então, efetivamente como podemos ter segurança, qual é o parâmetro. Temos muitos dados, mas como estabelecer o desenho que dê uma clareza para montar políticas públicas.

Paula

A segurança remete a responsabilidades compartilhadas, Estado, Justiça, município, etc. temos que compor na relação com o espaço e na relação com violência. O foco do município sempre será a prevenção de violência, e este deve ser o nosso foco. Se falamos em padrão de policiamento, o foco é Estadual. A proposta é de intervenção política, de atuação no contexto urbano. Não devemos nos preocupar se uma relação de causa e efeito não estiver completamente comprovada.

Renato

Uma idéia é cruzar ocorrência por equipamentos públicos, pois há um mapeamento feito dos equipamentos públicos, por tipo. Podemos avançar um pouco e cruzar por equipamentos privados, como igrejas, pontos de cultura, etc.

Mas, para fugir de uma discussão interminável, podemos cruzar com equipamentos públicos, que é um dado que já está a disposição.

A aposta metodológica é que quanto mais próximo de um equipamento público, menor a criminalidade.

Cinthya

Mas com isso, que tipo de comprometimento estamos amarrando?

Quando analisamos os equipamentos públicos por tipo, podemos mostrar que tipo de equipamento pode ser instalado para reduzir um tipo de criminalidade.

Esta relação entre criminalidade e o tipo de equipamento pode aumentar ou diminuir em cada tipo de delito. Por exemplo, uma região com concentração de escolas, pode aumentar a ocorrência de furtos e roubos.

O trabalho que vem sendo feito é sempre de campanha, e não de prevenção.

Podemos pensar em agentes municipais, como do CRAF, que agem preventivamente em uma região. Este pode ser um fator de segurança.

Paula

Há uma dimensão política, onde prevenção não é uma palavra muito popular. Os governantes preferem a repressão, e de preferência com bastante energia. Sabemos que os programas de prevenção funcionam e custam menos. Temos que amarrar as coisas de tal forma que, caso os programas de prevenção não funcionem, não se coloque a culpa na prevenção, mas sim da má execução dos programas.

Renato

Qualquer coisa que façamos será criticada pela ausência de algo mais. Temos que circunscrever muito bem na ação municipal, mostrando que nossa ação diz respeito à ação pública. Se um programa traz uma situação ruim, podemos responsabilizar o

dirigente público, mostrando que o programa é inócuo. Não damos respostas definitivas, mas conseguimos forçar o debate.

Paula

Medidas sócio educativas: qual o papel municipal? Em liberdade assistida é perigoso avaliar a reincidência, pois os jovens cometem uma série de atos infracionais sem serem pegos. Se o jovem esta cumprindo LA e comete outro ato infracional, vai para a internação, com certeza. No Ilanud, está se tentando criar um índice de municipalização, do quanto as medidas sócio educativas estão efetivamente municipalizadas.

Há lugares em que o executor é o judiciário, outros é um executor independente. Podemos usar o índice de municipalização das medida sócio educativas. Podemos avaliar o sucesso de uma executora.

Inês

Há um descontrole muito grande das medidas. Não se muda um adolescente fazendo-o comparecer 2 vezes por semana em um lugar. As medidas de meio aberto não são efetivas e preventivas.

Renato

Não estamos medindo transformação, mas a eficácia, o processo. Isso é relevante, mas exige que se deixe claro que medimos o esforço das varias áreas. Isso é o que é possível fazer. Não temos pernas para fazer medidas de impacto.

Quem vai calcular tudo isso?

Inês

Não sei, estamos sistematizando as propostas de muitos grupos, mas ainda não se sabe quem vai calcular

Como é o indicador por programa?

Paula

Temos que concordar que as medidas sócio educativas, quando municipalizadas, têm um efeito melhor. Se o programa funciona ou não, é outra discussão, mas temos, como princípio, que as medidas sócio educativas em meio aberto municipalizada são melhores, como já diz o próprio ECA.

Renato

Estamos pensando um modelo possível, que tem um grau de complexidade, e temos que definir quem vai operá-lo.

Inês

Este tipo de trabalho de consolidar um conjunto de indicadores deve ser um trabalho profissional. Por isso, a decisão de quem vai operar este modelo depende do resultado final dos GTs. De acordo com o formato final, temos que avaliar qual o tamanho da estrutura para operar, quanto vai custar e de onde virá o dinheiro.

Renato

Podemos pactuar se há consenso em relação a esta forma de abordagem, de circunscrever as responsabilidades da prefeitura, na campo do que se mede de violência, não só prevenção. Vamos medir processos, e não impactos.

Os dados utilizados serão: (i) criminalidade x equipamentos, e (ii) criminalidade x tipo de programa.

Cyntia

Ação família é um programa.

Há o PPCAM (Programa de Proteção à Criança Ameaçada de Morte), mas este é um programa específico.

Inês

Temos que amadurecer a discussão do tipo de programa e de sua amplitude.

Paula

Podemos que fazer um primeiro filtro, analisando de que forma a prefeitura enxerga seus programas, para avaliar quais são os programas voltados para segurança.

Renato

Podemos avaliar os programas que têm o objetivo explícito de diminuir violência. Outra opção é pegar todos os programas e fazer uma análise de cluster, e ver quais mostram uma correlação com a nossa hipótese de que o programa pode reduzir violência.

Cecília

O que vemos como segurança? Queremos uma cidade boa para se viver. Então se temos um indicador muito voltado para a prevenção, podemos perder o diálogo com o prefeito. Podemos nos perder em nosso próprio indicador, com a avaliação de muitos programas. O movimento é ambicioso, e nós temos que ser ambiciosos também, e não termos tantas precauções em não sermos criticados.

Renato

Em política social não existe laboratório. O objetivo do projeto é engajar os prefeitos ao tema da segurança, medindo responsabilidades e atribuições. O discurso de que violência tem a ver com educação é o melhor para tirar a responsabilidade da polícia. Quando propomos incorporar indicadores para processos, colocamos a responsabilidade da prefeitura, e para isso precisamos trabalhar com dados da prefeitura. Podemos até trabalhar com dados de percepção, como a pesquisa do Ibope. Temos que pensar na nossa capacidade de responsabilizar os atores, os que são relevantes, como o prefeito e os candidatos a prefeito.

Paullo

Assim, só podemos lidar com os dados da prefeitura.

Queremos que a prefeitura crie medidas para resolver uma questão? Ou nós podemos criar as propostas? Temos que ter a clareza do que nos queremos.

Os movimentos sociais têm referências próprias, de construir seus projetos. Mas neste caso, temos que fornecer dados para que o Poder Público crie as políticas públicas.

Paula

Qual o nosso papel nesta história? Se a prefeitura se comprometer em municipalizar as medidas sócio educativas, será uma grande conquista. Depois disso, podemos avaliar estas medidas.

Renato

O grupo deve pensar monitoramento e contribuir para uma agenda municipal. É frustrante, pois a prefeitura é apenas um dos atores, mas é onde podemos agir neste momento.

E outro recorte importante, temos que pensar a partir da prevenção, e não pela repressão. Quais programas da prefeitura tem a ver com a violência?

Jose Gregori

O prefeito atual, assim como o próximo, têm 3 problemas principais:

1. O problema dos motoboys.

Está se aceitando, como normal ao progresso, onde as coisas devem ser feitas muito rápidas, a situação atual dos motoboys.

Os motoboys são agentes indefesos neste processo, que são colocados numa briga desigual no trânsito. As estatísticas que chegam são de 1 motoboy morto por dia, sem contar os acidentados.

Há uma grande expectativa do papel da prefeito. Quais são as obrigações que a prefeitura tem em relação ao atendimento do acidente? O resgate é estadual ou municipal. Há coisas básicas que precisam ser definidas.

2. As reportagens do GLOBO.

O Jornal O GLOBO começou no Rio de Janeiro, na semana passada, séria de reportagens sobre a periferia.

Estas reportagens comparam o Brasil de hoje com o tempo da ditadura, mostrando que no regime autoritário diversos direitos não eram cumpridos. Mas com a democracia, estes direitos que antes não existiam, já existem para algumas classes, mas continuam não existindo para as classes que estão na favela. Mais ou menos 2 milhões de pessoas no RJ não gozam destes direitos

As reportagens analisam cada um destes direitos, mostrando como não existiam na ditadura, como não existe ainda hoje para 2 milhões de pessoas no RJ.

Usam como exemplo o direito de ir e vir e o direito de não ser torturado.

No entanto, nesta transição do autoritarismo para a democracia, criou-se um vácuo institucional, onde o Estado de direito não vale para uma parcela da população. E este vácuo, que existe no Rio de Janeiro, existe também em São Paulo.

Nestas reportagens, colocam a polícia, o narcotráfico e as milícias como causadores desta situação de ausência de direitos, no vácuo institucional.

A repercussão no RJ é muito grande, serão 15 reportagens. Estas reportagens são um pouco aquecidas, impressionam tremendamente. E esta questão, cedo ou tarde, será colocado para Pão Paulo. Esta garantia de direitos, precisa ser colocada. O que o prefeito pode fazer diante disso?

3. O problema dos camelôs

Este movimento deve ser cobrador de programas e oferecedor de caminhos. Temos que eleger alguns poucos assuntos e destrinchá-los para termos força persuasiva sobre os candidatos ou o prefeito. Se eles percebem que não dominamos o assunto, passam a não da importância.

Temos que lembrar que, antes de tudo, a intenção é melhorar a qualificação do candidato.

Neste capítulo de violência, temos que eleger 4 itens, no máximo, destrinchá-los e entender porque funciona ou porque não funciona.

Este movimento um dia terá relação com a faixa política, que tem muitos defeitos, mas tem uma expertise da realidade, que poucas outras faixas tem, o que lhe confere uma vantagem.

Este movimento, para não caminhar nas núvens, precisa ter muita consistência ao abordar algum assunto. Por exemplo: dia desses estava diante de uma figura quase que negreganda da política do Brasil, que desqualificou o exemplo de luta contra a violência da colômbia.

Como este movimento não é para acadêmicos, mas sim para a classe política, que se sentirá cobrada, temos que ter a maior consistência possível, ter poucos assuntos, eleger poucas prioridades, nas quais seremos doutores. Qualquer opinião deverá ser muito sólida.

Luciana

Queremos entender se estamos olhando a violência como um todo, ou apenas a violência com intenção.

Inês

Há uma série de indicadores de trânsito, que serão monitorados para o dia sem carro. Por isso não colocamos a questão de trânsito aqui, pois estão contempladas nas discussões sobre mobilidade.

Renato

A violência é um problema na agenda pública municipal? Empiricamente é um problema, é um recorte menos analítico, e mais empírico. Devemos olhar menos a intenção, e mais o papel da prefeitura diante do fenômeno.

Inês

Não cabe ao movimento dizer como a prefeitura deve proceder. O gestor público deve ter discricionariedade.

Paula

Este programa deve caber a qualquer tipo de gestão, com um conjunto de princípios básicos, como o compromisso com a democracia.

Paullo

Temos que focar em dados da prefeitura, não derivar a outros, para centrar a discussão. Podemos usar fontes diversas, mas que delimitem o papel da prefeitura.

Renato

Não cabe ao movimento avaliar o sistema municipal como bom ou ruim. Temos que ficar fora da faixa política, onde os argumentos técnicos não tem peso. Nossa função é mostrar onde os acidentes ocorrem, e mostrar como a prefeitura contribui para isso ou não. Não colocamos a culpa num prefeito, mas sim na infra-estrutura urbana, na gestão pública. Apontamos os problemas, apenas, sem entrar no campo político. Se entrarmos neste campo, perdemos nossa autoridade científica.

Alguns temas devem ser eleitos. Temos que ter prioridades.

DÚVIDAS PARA A SEQUÊNCIA DOS TRABALHOS

Quem vai fazer o trabalho de monitoramento dos indicadores?

Quem vai coletar as informações?

Quem vai fazer a pesquisa de percepção?

ENCAMINHAMENTOS

Todos devem entender melhor todos os dados e pensar em indicadores possíveis

Próxima reunião: em data ainda não definida.